Conclusão

a conexão entre os Estados Unidos e a América Latina

Tanya Katerí Hernández

Arivaldo Santos de Souza
Luciana Carvalho Fonseca
(Tradutores)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

HERNÁNDEZ, T.K. Conclusão: a conexão entre os Estados Unidos e a América Latina. In: *Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis* [online]. Translated by Arivaldo Santos de Souza and Luciana Carvalho Fonseca. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 155-164. ISBN: 978-85-232-2015-0.
<https://doi.org/10.7476/9788523220150.0009>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conclusão: a conexão entre os Estados Unidos e a América Latina

Assim como o racismo se tornou algo internacional, a luta contra o racismo também se tornou internacional. Uma só luta.

Malcolm X (MARABLE, 2011, p. 415)

Como na América Latina, o movimento pela justiça racial nos Estados Unidos chegou a um momento decisivo. Ainda que os mecanismos formais para lidar com a desigualdade racial existam e estejam sendo utilizados, há uma crença cada vez mais arraigada em parte da sociedade de que não se faz mais necessário o engajamento ativo do governo para garantir a igualdade racial. Segue havendo uma hierarquia racial que acompanha um compromisso social deteriorado com programas baseados em raça. O movimento estadunidense por direitos civis obteve um êxito espantoso ao fazer da meta da igualdade racial uma norma nacional expressa e ao catalisar programas governamentais voltados para promover acesso concreto ao trabalho e à educação. Entretanto, o próprio sucesso do movimento contribuiu para a ideia de que os negros e outras pessoas não brancas não mais necessitassem de assistência legal para obter oportunidades iguais. De fato, a eleição do presidente Obama, em 2008, é considerada como o ápice da superação da questão racial nos Estados Unidos, de modo que os

Estados Unidos agora se apresentam como “racialmente inocentes”, em um discurso muito similar ao discurso latino-americano. Ao mesmo tempo, o racismo sistêmico não foi erradicado, como evidenciado pelas persistentes disparidades raciais institucionalizadas nas relações de trabalho, na atenção à saúde, renda, segregação residencial e índices muito díspares na população carcerária e nos condenados a penas de morte.

Desse modo, a despeito das diferenças em termos de história, variação demográfica, estruturas jurídicas e modos de governança, as Américas têm em comum a luta contra o renitente legado da escravidão e contra os regimes de discriminação pós-abolicionistas. Ademais, as Américas agora compartilham os principais elementos de um discurso de “progresso racial” forjado no bojo de uma hierarquia racial sistêmica. Em outras palavras, a bem-sucedida luta dos movimentos por direitos civis contra a segregação da época Jim Crow agora coloca as minorias raciais estadunidenses em uma situação comparável à situação dos afrodescendentes na América Latina, os quais, por sua vez, lutam contra a hierarquia racial sem contar com um regime formal de discriminação institucionalizado como alvo nítido. Além do mais, o “pós-racialismo” nos Estados Unidos tem minimizado o compromisso com as leis e políticas de igualdade racial, porque despreza manifestações de desigualdade racial ao celebrar a igualdade formal e busca um modelo isento de “cor”, fazendo com que preocupações com a questão racial sejam igualadas a atos de racismo. (CRENSHAW, 2011, p. 1253, 1256) Sem dúvida, isso em muito se assemelha com a tradicional abordagem de raça adotada na América Latina. Visto que a América Latina é uma região que tem se valido, por muito tempo, do discurso de que todas as distinções raciais deixaram de fazer sentido depois da abolição da escravidão, uma comparação com a versão latino-americana do “pós-racialismo”, ou seja, a “democracia racial”, é uma perspectiva muito útil para avaliar a viabilidade das afirmações contemporâneas do “pós-racialismo” nos Estados Unidos – o discurso que defende que o racismo já foi superado em grande parte. (CHO, 2009, p. 1589-1649) Como observa Anani Dzidzienyo, estudioso das relações raciais comparadas, examinar o contexto racial latino-americano “pode oferecer *insights* para os afro-estadunidenses que hoje estão tendo que confrontar presunções do pensamento hegemônico que alardeiam o ‘fim do racismo’ em uma sociedade estadunidense pós-direitos civis.” (DZIDZIENYO, 2005, p. 137-155)

O exame do contexto latino-americano também pode ser útil para os movimentos de justiça racial estadunidenses de hoje, se considerarmos o que o

sociólogo Eduardo Bonilla-Silva (2002, p. 3-16) chama de a crescente “latino-americanização” da raça nos Estados Unidos. Bonilla-Silva usa a noção de “latino-americanização” para se referir ao que ele percebe como o uso crescente nos Estados Unidos de um método baseado na cor da pele, que obedece a uma “lógica pigmentocrática”, para reorganizar o esquema de estratificação racial nos Estados Unidos, o qual está lentamente passando de uma estrutura birracial (branco/negro) para uma estrutura trirracial, mais frouxa e organizada em categorias gerais de branco, branco honorário e negro coletivo. A categoria de branco honorário é vista como uma categoria intermediária, como pessoas de cor na África do Sul ou mulatos na América Latina, assim designando pessoas brancas que podem se distinguir de afro-estadunidenses, mas que também não podem ser consideradas brancas. Os brancos honorários estariam em um patamar superior em relação à categoria mais depreciada dos negros coletivos. Bonilla-Silva prediz que, assim como na América Latina, os residentes nos Estados Unidos passarão a adotar identidades raciais baseadas na preferência eurocêntrica por uma cor de pele mais clara, mas irá proclamar que a raça não importa. Enquanto alguns acadêmicos não têm certeza sobre as previsões de Bonilla-Silva, o valor da sua análise reside no convite que faz para o estudo das semelhanças entre as mudanças de atitude em relação à raça nos EUA e às atuais construções latino-americanas. (SUE, 2009, p. 1058-1070; BONILLA-SILVA, 2002, p. 17-102; BONILLA-SILVA, 2009, p. 1071-1082)

A noção latino-americana de que a mistura racial transcende a ideia de raça e que a fluidez racial acaba com as barreiras raciais tem sido notada no discurso contemporâneo pós-racialista nos Estados Unidos, particularmente no que diz respeito aos recenseamentos e aos movimentos de identidade de pessoas multirraciais. Mais especificamente, as crescentes taxas de imigração, casamentos inter-raciais e crianças mestiças são rotineiramente utilizadas como a prova e a razão pela qual os programas racialmente sensíveis não são mais necessários. De fato, a crescente aceitação da mistura racial, e mais especificamente de identidades étnicas multirraciais, é considerada um grande desafio para a noção estadunidense de raça, que foi, implicitamente, tão central para os movimentos por direitos civis nos seus primeiros dias. Hoje, há um crescente reconhecimento acadêmico de que raça é um conceito socialmente construído e que a ancestralidade africana pode não necessariamente levar um indivíduo a assumir uma identidade racial negra ou considerar raça como algo socialmente relevante.

A reconceituação de raça nos Estados Unidos se reflete na crescente transformação da crença de que as categorias raciais são estáticas e, portanto, que a identificação racial é clara e autoevidente em uma crença de que a miscigenação dissolverá a rigidez dessas categorias e bastará, sozinha, para incutir a harmonia racial na sociedade e até erradicar a necessidade de as pessoas se referirem umas às outras pela raça. (FERNÁNDEZ, 2007) As decisões da agência de recenseamento com o objetivo de permitir que as pessoas marquem múltiplas designações raciais nos formulários dos censos de 2000 e 2010, em vez da tradicional insistência na marcação de apenas uma categoria racial, é um exemplo contundente das mudanças em operação na ideologia racial estadunidense. Alguns demógrafos e sociólogos têm observado que essa definição racial mais matizada, viabilizada pela marcação de múltiplas designações raciais, pode ajudar a derrubar barreiras raciais. A noção de que o reconhecimento de uma identidade multirracial traria com ela, supostamente, o benefício de ofuscar as diferenças entre as várias cores, reduzindo assim as animosidades raciais. (GILANSHAH, 1993, p. 183-199) As atitudes latino-americanas em relação à raça, discutidas por tanto tempo, estão ecoando de modo desconcertante no discurso multirracial estadunidense. Por exemplo, a crença de que a miscigenação acabará com o racismo tem sido insistentemente apresentada para promover a ideia de que o censo deve levar em consideração a possibilidade de uma identidade racial mestiça. Os defensores do reconhecimento de uma categoria “multirracial” no censo, frequentemente afirmam que as pessoas multirraciais são uma “força unificadora” (ESTADOS UNIDOS, 1993), a partir de uma perspectiva de que pessoas multirraciais seriam “um grupo capaz de personificar a melhor chance que os EUA já teve de reformar as relações raciais”. (DOUGLASS, 1996, p. A26) De fato, a equiparação da mistura racial à harmonia racial é frequentemente explícita:

Eu defendo que a sociedade deve adotar, como um instrumento transitório, categorias raciais múltiplas, que expressamente reconhecem e dão crédito a pessoas oriundas de uniões inter-raciais, como algo distinto de negros e brancos. Eu afirmo que isso terá o efeito de criar um tipo de ‘confusão de nuances’ que eventualmente acabará com a dicotomia negro/branco que existe hoje e, em última instância, reduzirá a raça a uma categoria sem importância, como deve ser. (JOHNSON JUNIOR, 1996, p. 887-952)

Até Orlando Patterson, sociólogo de Harvard, concorda que “se o objetivo é a futura integração das raças, um grupo mestiço ou um grupo do meio é algo que

você gostaria que se desenvolvesse. [...] Os grupos do meio vão crescendo, crescendo e, ao final, as raças se fundem.” (MORGANTHAU, 1995, p. 63-65) Portanto, a narrativa do discurso multirracial afirma que, por meio da mistura, a nação será isentada da responsabilidade de lidar com as persistentes disparidades raciais em termos de oportunidades socioeconômicas. (CHEN, 1994, p. 145)

Contudo, uma demonstração ainda maior da nova noção racial nos Estados Unidos é o modo pelo qual o público tem recebido e se fixado nos resultados do censo de 2000. Embora apenas 2,4% da população tenha escolhido de fato mais de uma categoria racial (JONES; SMITH, 2001, p. 1), o clamor público no que diz respeito ao potencial para fazê-lo é um indicador contundente de como a agência de recenseamento e o discurso sobre o censo tinham uma influência sobre a percepção pública. Por exemplo, o censo apontou a crescente diversidade racial de muitas cidades e a mídia observou que as mudanças demográficas “transformarão não somente a cidade, mas também alterarão o modo como os estadunidenses pensam sobre raça, ajudando-os a pensar além dos simples conceitos de branquitude e negritude”. (FRIEDMAN, 2001, p. 6) Kenneth Prewitt, o ex-diretor da agência de recenseamento, concluiu que a disponibilidade de múltiplas categorias raciais para uma demografia crescentemente mestiça é “um sinal saudável de que as barreiras estão se quebrando. [...] É uma indicação não apenas da complexidade, mas também da fluidez da composição da nossa população.” (CHENG, 2001, p. E6)¹ Além disso, a antecessora de Prewitt, Martha Farnsworth Riche, comentou que os resultados do censo de 2000 marcam “o começo do fim do papel dominante da raça em nossa vida pública.” (KASINDORF; EL NASSER, 2001, p. 1A)²

Até alguns ativistas de direitos humanos concordam com a avaliação de que as mudanças demográficas significam que já “estamos nos deslocando para além de um paradigma racial negro e branco,” (SCHMITT, 2001, p. A1)³ e que “quanto mais misturados somos, mais provável é que nós sejamos sensíveis uns aos outros.” (KASINDORF; EL NASSER, 2001, p. 1A)⁴ De modo similar, alguns

1 Em que se cita Prewitt.

2 Em que se cita Riche.

3 Em que se cita Sonia M. Pérez, vice-presidente executiva do National Council of La Raza, uma organização ativista em prol dos hispanos.

4 Em que se cita Beatriz López-Flores, vice-presidente do Mexican-American Legal Defense and Educational Fund.

demógrafos e sociólogos concluíram que “quanto mais nuances” forem admitidas na identificação racial, por meio das múltiplas designações raciais, “mais se contribuirá para destruir as barreiras raciais.” (SCHMITT, 2001, p. A1) Além do mais, em uma pesquisa nacional realizada depois do lançamento público dos dados do censo de 2000, 64% dos respondentes declararam que “seria ‘bom para o país’ ter mais estadunidenses ‘se identificando como multirraciais em vez de pertencentes a um único grupo racial’”. (KASINDORF; EL NASSER, 2001) Ao informar sobre a pesquisa, o *USA Today* observou que: “As divisões raciais podem ser superadas até que o *melting pot* [caldeirão cultural] idealizado pelo escritor Israel Zangwill, em 1908, torne-se uma harmoniosa realidade do tipo ‘*We Are The World*.’” (KASINDORF; EL NASSER, 2001) À fala anterior foi seguida da exclamação de um policial: “e a gente vai odiar quem?”.

A emergência de um discurso pós-racial ao estilo latino-americano nos Estados Unidos também é observada em decorrência do crescente número de indivíduos que não acha mais que racismo seja um problema (FEAGIN, 2000, p. 96), e em decorrência do abandono do critério de raça pelo judiciário, que busca um critério “indiferente à cor” porque raça é um assunto tabu cuja mera menção constitui um ato de racismo. Essas visões estão presentes na declaração do ministro da Suprema Corte estadunidense, Antonin Scalia: “Aos olhos do governo, há apenas uma raça aqui. É a raça americana”. (ESTADOS UNIDOS, 1995) Além do mais, assim como em várias campanhas de promoção da identidade nacional em países latino-americanos, os cidadãos estadunidenses estão sendo encorajados a se enxergarem como “simplesmente estadunidenses”, em vez de se identificarem a partir de classificações étnicas ou raciais, prática que é considerada, por si mesma, segregadora. De fato, até os ataques às tentativas norteadas pelo conceito de raça de facilitar a participação político-eleitoral na distribuição das zonas eleitorais têm sido interpretados como a preocupação de não “estimular [...] a consciência pública da raça” e, portanto, “alimentar [...] as chamadas da divisão racial.” (SAUNDERS, 2001, p. 1367-1382)

Contudo, até agora, a diluição das raças nos Estados Unidos conserva uma perspectiva claramente pejorativa, que se assemelha ao desprezo latino-americano pela negritude, juntamente com a celebração da mistura racial. É verdade que as taxas de casamento inter-raciais nos Estados Unidos têm aumentado enormemente com o passar dos anos, com cerca de um casamento inter-racial ou interétnico a cada sete casamentos em 2008, representando, portanto, o dobro da taxa de casamento interétnico da década de 1980 e seis vezes a taxa de

casamento interétnico da década de 1960. (PASSEL; WANG; TAYLOR, 2010) Contudo, casais compostos por uma pessoa branca e outra negra representam o menor número dentre os casamentos interétnicos e as mulheres negras têm a menor taxa de participação em casamentos interétnicos. Ao passo que as altas taxas de encarceramento de homens negros fazem com que as mulheres negras tenham menos homens negros com quem se casar, também é verdade que as mulheres negras, seguidas dos homens negros, são consideradas as parceiras menos desejáveis para outras raças e grupos étnicos. (BANKS, 2011) Assim, ainda que estudos recentes indiquem que homens asiáticos são os menos desejados por mulheres brancas em *sites* de namoro, a tendência de recusar o casamento com homens negros persiste. (FELICIANO; ROBNETT; KOMAIE, 2009, p. 39-54) Além do mais, o desprezo pelas mulheres negras também se estende ao mundo do namoro na internet, no qual as mulheres negras são consideradas as opções menos desejadas para os homens brancos.

Quando pessoas negras se envolvem em relações inter-raciais, seus filhos encontram maior resistência social ao declarar uma identidade multirracial que a encontrada por outros indivíduos racialmente miscigenados que se identificam como multirraciais. Especificamente, no estudo de Lee e Bean sobre identidade multirracial entre pessoas mestiças, descobriu-se que as identidades multirraciais são mais prontamente aceitas quando expressas por branco-asiáticos e branco-latinos que por branco-negros. (LEE; BEAN, 2007, p. 561-586) Além disso, eles também contam com maior aceitação social quando afirmam uma identidade racial branca com ou sem uma identidade cultural étnica. O estudo observou que as experiências de latinos e asiáticos com multirracialidade estão mais próximas das experiências dos imigrantes europeus que, num primeiro momento foram racializados e, com o passar do tempo, puderam lidar com suas filiações étnicas como opção própria. O contexto multirracial dos asiáticos e latinos sugere um afrouxamento das fronteiras raciais para decidir se, quando e como eles escolherão se identificar racialmente, situação que não é possível para os indivíduos negros multirraciais.

Além disso, para muitos latinos nos Estados Unidos, que são em regra identificados como pessoas intrinsecamente multirraciais, a branquitude continua a ser a categoria racial escolhida. (DARITY JUNIOR et al., 2005, p. 103-109; EL NASSER, 2011) Por exemplo, quando se deu a possibilidade de escolher mais de uma categoria racial no censo de 2010, 94% dos latinos escolheram uma única categoria racial e a categoria isolada escolhida por 53% dos latinos

foi “branca”. (ESTADOS UNIDOS, 2010) Os 36,7% dos latinos que selecionaram o campo “outra raça”, aparentemente o fizeram como mecanismo para indicar que possuem ancestralidade indígena, visto que a maioria dos latinos que escolheram essa última categoria era da América Central, mas podem ter se sentido excluídos pela categoria racial do censo “indígena estadunidense”, que remete a filiações tribais oficialmente reconhecidas. Apenas 2,5% dos latinos escolheram a categoria racial “negra”. Quando imigrantes latinos recém-chegados foram perguntados individualmente, 79% escolheram uma única categoria, “branco”, independentemente da cor da pele. (GRIECO, 2010; FRANK; AKRESH; BO LU, 2010, p. 378-401)

Em contraste, o construto racial continua a ser imposto às pessoas negras multirraciais, nesse sentido, Lee e Bean concluem que “não é simplesmente que a raça importa, mas, mais especificamente, que a raça negra importa, o que é coerente com a tese do excepcionalismo do afro-estadunidense”. Isso sugere que, assim como na América Latina, a retórica pós-racialista de que somos todos um povo multirracial continua a fundamentar uma hierarquia racial e um preconceito contra negros. Como discutido nos capítulos 2 e 6, a suposta fluidez da identidade racial latino-americana é desmentida por limitar-se a pessoas com pele mais clara e que tiveram acesso à educação superior. Para aqueles com pigmentação inequivocamente negra e características africanas, a classificação racial é mais fixa e polarizada.

É perturbador observar que, quando a mistura racial foi proposta como solução para o conflito racial na América Latina, o ônus de se misturar recaiu sobre os afrodescendentes. Com efeito, o branqueamento de negros, e não a miscigenação em si, tem sido um objetivo subjacente das campanhas de democracia na América Latina. E o resultado tem sido sempre a manutenção da supremacia branca. De fato, como o capítulo 2 demonstrou, a promoção de uma classe miscigenada na América Latina foi motivada pelo desejo de “embranquecer” os países, fazendo com que os negros desaparecessem por meio da miscigenação, sendo que a cor de pele é hierarquizada: a pele branca, a mais positivamente avaliada, e a pele negra, a menos desejada. O ideal de branqueamento “permanece codificado e intrincado na linguagem usada para designar “pessoas mestiças”, geralmente representadas como pessoas “mais claras” ou até “mais brancas”. (NOBLES, 1995, p. 112) Assim, a América Latina pós-racialista não superou a ideia da transcendência da raça, mas sim, reforçou a ideia de um sistema de castas raciais em uma região tradicionalmente considerada uma “democracia racial”.

O legado do mito da democracia racial e seu reforço na América Latina têm interferido negativamente na capacidade de os governos reconhecerem que coletar dados sobre raça pode ser uma ferramenta útil na promoção da igualdade racial. Mas a crescente pressão de ativistas afrodescendentes está começando a fazer com que os governos latino-americanos fiquem mais receptivos às políticas públicas que levam em conta a consciência de raça. De fato, o contexto latino-americano também ilustra como a resistência ao pós-racialismo pode ser possível mesmo depois de décadas de discurso pós-racialista. Os países latino-americanos estão deixando uma trajetória de defesa do mito da democracia racial em Estados com grandes populações afrodescendentes indigentes, e de marginalização de uma minoria invisível de afrodescendentes em países com grandes populações indígenas “mestiças”, por uma nova, que implica, aos poucos, reconhecer a importância da raça e do racismo. (HTUN, 2004, p. 60-89)

Em fevereiro de 2008, Belize elegeu, pela primeira vez, um primeiro ministro negro, Dean Barrow. Em 2007, Paula Moreno se tornou a primeira ministra negra colombiana em cinco décadas. Em 2003, o Brasil nomeou o primeiro ministro negro do Supremo Tribunal Federal. Em 1999, a Venezuela elegeu um presidente afrodescendente, Hugo Chávez. Tais posições de liderança desempenhadas por afrodescendentes são especialmente dignas de nota porque esses indivíduos se identificam abertamente como afrodescendentes. Isso contrasta bastante com a história latino-americana de ter líderes não brancos, com aparente ancestralidade africana, mas que nunca se identificaram racialmente de forma explícita (por exemplo: o presidente colombiano Juan José Gil, janeiro a julho de 1861; o presidente cubano Fulgêncio Batista, 1942-1952; o presidente dominicano Leonel Fernández Reyna, 1996-2000 e 2004-2012; o presidente hondurenho Manuel Bonilla Chirinos, 1903-1907 e 1912-1913; o presidente mexicano Vicente Guerrero, abril a dezembro de 1829; e o presidente peruano Luis Miguel Sánchez Cerro, 1930-1931). A existência de indivíduos que agora declaram abertamente serem afrodescendentes de forma afirmativa, e contrariam antigos estereótipos raciais depreciativos por meio da ocupação de posições de liderança, é um marco significativo do progresso racial na América Latina. Contudo, o discurso racializado que continua a permear a articulação das oposições de líderes, como Hugo Chávez, sugere que muito mais trabalho necessita ser feito antes que a verdadeira igualdade racial seja plenamente alcançada.

Levando em conta que a América do Sul e a América do Norte compartilham a mesma batalha contra insidiosos sistemas de hierarquia racial, é sensato

que ambas as Américas olhem para além das diferenças superficiais de suas histórias jurídicas e, em vez disso, enfoquem os aspectos comuns ao respectivo legado histórico de escravidão e as suas consequências no contínuo esforço por parte da sociedade de disfarçar o privilégio por meio do discurso do mérito, da autossuficiência e cultura. Talvez seja pela combinação de esforços dos povos afrodescendentes das Américas que a justiça racial pode ser efetivada no cenário contemporâneo, caracterizado por um direito que se supõe racialmente neutro em uma complexa realidade racialmente díspare. Este livro busca oferecer uma leitura sobre como é possível sustentar as hierarquias raciais com ideologias e abordagens raciais aparentemente diferentes. Além do mais, a análise comparada das lutas dos afrodescendentes contra o racismo pode ser útil para aqueles que atuam na defesa da justiça racial nos Estados Unidos ao confrontar sua própria versão contemporânea “pós-racialista” com as ideologias raciais latino-americanas. Especificamente, os ativistas estadunidenses podem agora desvelar o pós-racialismo, ao compreender como um discurso similar nas demais Américas facilitou a desigualdade racial. Isso reflete os atuais interesses governamentais em esforços de cooperação transnacional em busca de justiça racial, a exemplo do Plano de Ação Colômbia-Estados Unidos para a Igualdade Racial e Étnica (2010) e o Plano de Ação Conjunta Brasil-Estados Unidos para a Eliminação da Discriminação Racial. Como afirmou o educador e defensor da justiça social, o brasileiro Paulo Freire (1987): “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão.”